

**URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DEZEMBRO
(valores expressos em R\$)**

ATIVO

	Nota	2019	2018
CIRCULANTE		18.951.772,82	16.034.628,27
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	9.960.061,70	5.581.607,67
Contas a receber	5	3.104.459,06	7.155.331,92
Adiantamentos à Funcionários		413.659,97	874.639,90
Adiantamentos à Fornecedores		18.013,26	0,00
Outras Contas a Receber	6/18	4.682.243,10	2.262.891,49
Impostos recuperar		454.151,29	10.168,78
Estoques		319.184,44	149.988,51
NÃO CIRCULANTE		64.455.970,53	67.628.596,55
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		11.978.180,48	14.871.790,96
Depósitos Judiciais	7	11.653.137,99	14.546.748,47
Empréstimos Compulsórios		325.042,49	325.042,49
INVESTIMENTOS	8	19.437.452,49	19.442.446,53
Imóveis Não destinados a venda		19.395.252,49	19.400.246,53
Outros Investimentos		42.200,00	42.200,00
IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	9	33.040.337,56	33.314.359,06
Imóveis		37.364.296,93	37.364.296,93
Equipamentos e instalações		5.126.309,39	5.155.663,80
Veículos		249.541,00	249.541,00
Outras Imobilizações		141.649,63	19.155,70
Imobilizações em andamento		0,00	21.644,00
Intangível		121.666,85	117.472,10
Depreciação e amortização acumulada		(9.963.126,24)	(9.613.414,47)
TOTAL DO ATIVO		83.407.743,35	83.663.224,82

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



**URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO
(valores expressos em R\$)**

PASSIVO

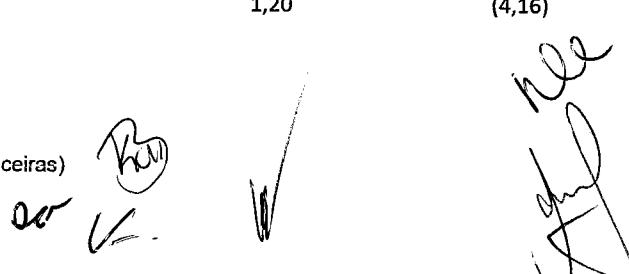
	Nota	2019	2018
CIRCULANTE		50.039.368,13	54.143.784,49
Fornecedores	10	15.161.868,90	16.749.888,45
Contas a Pagar	11/19	7.442.031,72	4.917.572,02
Salários e ordenados a pagar		84.667,12	19.663,17
Obrigações Sociais	12	2.643.636,75	13.077.008,89
Obrigações Tributárias	13	3.742.879,39	3.423.109,80
Parcelamentos Tributários	13	5.563.570,71	0,00
Provisão p/férias e encargos sociais		6.385.251,25	7.839.280,01
Obrigações por planos comunitários	14	7.400.375,55	7.372.398,08
Adiantamentos de Clientes (FUC)		638.187,51	0,00
Outras Contas à Pagar		976.904,75	744.864,07
NÃO CIRCULANTE		53.159.489,55	56.459.613,36
Obrigações p/reincorporação de imóveis	15	10.066.791,95	10.066.791,95
Valores Vinculados		5.277,96	5.277,96
Provisão para contingências	16	34.978.232,25	35.514.063,71
Obrigações Sociais	12	0,00	9.009.488,88
Obrigações Tributárias	13	1.863.990,86	1.863.990,86
Parcelamentos Tributários	13	5.986.531,39	0,00
Outras Obrigações		242.245,54	0,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Passivo a descoberto)	17	(19.774.694,73)	(26.940.173,03)
Capital Realizado	17a	84.144.961,00	84.093.257,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	17b	2.466.858,00	0,00
Reservas de Capital		122.079,00	1.088.937,00
Reservas de Reavaliação	17c	36.774.032,99	36.774.032,99
Resultados acumulados		(143.282.625,72)	(148.896.400,02)
TOTAL DO PASSIVO		83.407.743,35	83.663.224,82

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31 DE DEZEMBRO
 (valores expressos em R\$)

	2019	2018
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	93.255.612,41	83.131.447,27
Receita de Prestação de Serviços	92.874.579,32	83.131.447,27
Receita de Revenda de Mercadorias	381.033,09	0,00
DEDUÇÕES	(8.621.580,65)	(7.370.647,09)
Impostos e Contribuições s/ Vendas	(8.618.897,95)	(7.370.647,09)
Descontos Incondicionais	(2.682,70)	0,00
RECEITA LÍQUIDA	84.634.031,76	75.760.800,18
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(41.816.189,23)	39.162.985,23
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	(47.259,50)	0,00
LUCRO BRUTO	42.770.583,03	36.597.814,95
DESPESAS OPERACIONAIS	(42.791.992,57)	(44.748.787,89)
Despesas gerais e administrativas	(42.882.700,37)	(45.598.688,17)
Despesas com Vendas	(48.870,00)	0,00
Despesas financeiras	(823.668,07)	(380.857,77)
(-) Receitas financeiras	1.181.814,63	1.230.758,05
Variações Monetárias Passivas – Juros s/Parcelamentos	(218.568,76)	0,00
RESULTADO OPERACIONAL	(21.409,54)	(8.150.972,94)
OUTRAS RECEITAS	154.616,30	7.801.402,55
PROVISÕES TRIBUTÁRIAS – IR. e CSLL.	(31.969,61)	0,00
LUCRO/PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	101.237,15	(349.570,39)
Lucro/Prejuízo por lote por mil ações do Capital Social no final do exercício social (em reais)	1,20	(4,16)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em R\$)

EVENTOS	CAPITAL SOCIAL	ADIANTEAMENTO P/FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL		RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
			RESERVA PARA AUMENTO DE CAPITAL	RESERVA DE SUBVENÇÕES E DOAÇÕES P/INVESTIMENTO			
SALDOS EM 31/DEZ/17	83.593.257,00	0,00	966.858,00	122.079,00	1.088.937,00	37.482.798,59	(149.255.595,23) (27.090.602,64)
AUMENTO DE CAPITAL	500.000,00		(500.000,00)		(500.000,00)		0,00
AUMENTO DE RESERVA DE CAPITAL			500.000,00		500.000,00		500.000,00
REALIZAÇÃO DA RESERVA DE REAV.						708.765,60	0,00
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO					(708.765,60)	(349.570,39)	(349.570,39)
SALDOS EM 31/DEZ/18	84.093.257,00	0,00	966.858,00	122.079,00	1.088.937,00	36.774.032,99	(148.896.400,02) (26.940.173,03)
AUMENTO DE CAPITAL	51.704,00		966.858,00		(966.858,00)		51.704,00
TRANSFERÊNCIA P/AFAC 31.12.2019			(966.858,00)				0,00
ADIANT. P/FUTURO AUMENTO DE CAPITAL			1.500.000,00				1.500.000,00
APROVEITAMENTO PREJUÍZO FISCAL							5.512.537,15
LUCRO DO EXERCÍCIO						101.237,15	101.237,15
SALDOS EM 31/DEZ/19	84.144.961,00	2.466.858,00	0,00	122.079,00	122.079,00	36.774.032,99	(143.282.625,72) (19.774.694,73)

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

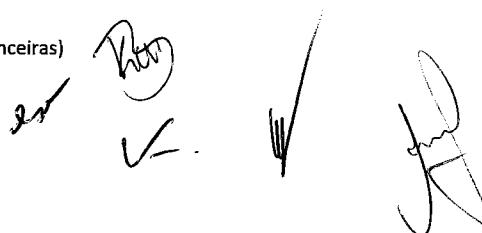
[Handwritten signatures and initials over the table]

URBS - URBANIZAÇÃO DE CURITIBA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO
 (valores expressos em R\$)

	2019	2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (Prejuízo) do exercício	101.237,15	(349.570,39)
Realização de reserva de reavaliação	0,00	708.765,60
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	6.287.649,64	6.645.415,66
Aproveitamento do prejuízo fiscal	5.512.537,15	0,00
Valor residual do imobilizado baixado	0,00	6.872,17
Depreciação e amortização	349.711,77	310.322,80
(Aumento)/Diminuição dos Ativos Operacionais	(1.932.729,68)	(2.140.999,06)
Contas a receber	(2.236.776,78)	(2.514.534,61)
Outros direitos realizáveis	(2.419.351,61)	490.492,40
Impostos a recuperar	(443.982,51)	(10.168,78)
Depósitos judiciais e empréstimos compulsórios	2.893.610,48	(1.655.852,27)
Adiantamento a fornecedores	(18.013,26)	0,00
Adiantamento a funcionários	460.979,93	1.528.732,68
Estoques	(169.195,93)	20.331,52
(Diminuição)/Aumento dos Passivos Operacionais	(7.420.959,77)	(17.567.997,43)
Fornecedores	936.440,15	(2.718.555,63)
Salários e encargos sociais	(1.389.024,81)	(1.771.478,24)
Impostos, taxas e contribuições diversas	(7.562.989,33)	(3.868.742,86)
Provisão para contingências	(535.831,46)	0,00
Valores transitórios/Planos comunitários	27.977,47	19.543,43
Adiantamentos de clientes	638.187,51	0,00
Outras contas a pagar	474.280,70	(9.228.764,13)
Caixa líquido obtido nas atividades operacionais	2.897.446,26	(12.387.190,65)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Resultado líquido na alienação de Investimentos	4.994,04	7.665.797,02
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(75.690,27)	(70.912,58)
Caixa líquido obtido (aplicado) nas atividades de investimento	(70.696,23)	7.594.884,44
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	51.704,00	500.000,00
Adiantamento p/ futuro aumento de capital	1.500.000,00	0,00
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	1.551.704,00	500.000,00
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTES	4.378.454,03	(4.292.306,21)
CAIXA E EQUIVALENTES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	5.581.607,67	9.873.913,88
CAIXA E EQUIVALENTES NO FINAL DO EXERCÍCIO	9.960.061,70	5.581.607,67

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)





NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia é uma sociedade por ações e de economia mista, com personalidade jurídica de direito privado, declarada de utilidade pública e constituída na forma da Lei Municipal nº 6.155, de 26/jun/80, sendo regida por esta e pela Lei Municipal nº 4369, de 25/set/72.

A Companhia tem por finalidade administrar o Fundo de Urbanização de Curitiba, podendo à conta desses recursos, promover a realização de investimentos em projetos e programas de desenvolvimento Urbano do Município de Curitiba e respectiva Região Metropolitana, bem como a comercialização de equipamentos urbanos.

Consoante legislação específica, a Companhia também exerce os poderes delegados pelo Executivo Municipal para gerenciar, administrar, planejar, disciplinar, fiscalizar e delegar a operação de serviços públicos e de utilidade pública municipais.

De acordo com as diretrizes emanadas do acionista controlador, a Companhia direciona-se prioritariamente para as seguintes atividades:

- Aperfeiçoar o planejamento, o gerenciamento, a operação e a fiscalização dos serviços de transporte coletivo, à curto, médio e longo prazo; e
 - Aprimorar a administração e comercialização do uso dos equipamentos urbanos e espaços públicos e tornar os sistemas de deslocamento mais seguros, eficientes e acessíveis.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em reais, de forma comparativa com o exercício anterior e em observância aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e em conformidade com as diretrizes da Lei n.º 6.404/76, atualizados pela Lei nº 11.638/2007, Lei das Sociedades por Ações, bem como de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos técnicos emitidos Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira continua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros disponíveis para venda e instrumentos financeiros ativos e passivos, que são mensurados ao seu valor justo, quando aplicável.

As informações sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas notas explicativas: Nota 5 – Contas a Receber, Nota 6 - Outras Contas a Receber; Nota 9 – Imobilizado e Intangível e Nota 16 – Provisões para Contingência.

Os efeitos inflacionários são reconhecidos através da atualização monetária dos ativos e passivos, sujeitos à indexação ou variação cambial e estão refletidos no resultado do exercício.

2.2 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras, incluindo os valores inseridos nas notas explicativas, estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicados de outra forma.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC, instituída pela Lei nº 11.638/2007, foi elaborada de acordo com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC nº 03(R2)2010.



3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações financeiras, ressaltamos:

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas a valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do Balanço.

3.2 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E PERMISSIONÁRIOS

As contas a receber de clientes e permissionários são registradas no momento inicial pelo valor nominal e deduzidas da estimativa para créditos de liquidação duvidosa. Essa estimativa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da estimativa é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. A estimativa para créditos de liquidação duvidosa foi calculada em montante considerado suficiente para cobrir as possíveis perdas na realização das contas a receber.

Em conformidade com o CPC 48 Instrumentos Financeiros (IFRS 9), a Companhia utiliza a metodologia de redução do valor recuperável por meio da constituição de uma provisão para perdas esperadas, ao invés de incorridas, para todas as contas a receber.

3.3 ESTOQUES

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado utilizando-se o método do custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

3.4 IMOBILIZADO

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando necessário e estão representados substancialmente por imóveis (edificações e terrenos) de propriedade da Companhia. As depreciações são calculadas pelo critério de vida útil, conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade - segundo Nota Explicativa nº 7.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo para que sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

... Ruy V.

1.00.23

J. J.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis representadas em anos são válidas para condições normais de uso e manutenção.

Avaliação do valor de recuperação dos ativos imobilizados e intangível

Os bens do ativo imobilizado e intangível, os quais com vida útil definida, são revisados anualmente com a finalidade de identificar evidências de não recuperação do seu valor contábil, ou ainda, sempre que alterações materiais no ciclo normal dos negócios indiquem probabilidade de perdas.

Essa avaliação é efetuada ao menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa operacionais à Companhia de forma independente, ou seja, sem a intervenção de outros ativos para esta finalidade (Unidade Geradora de Caixa – UGC).

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso.

A Companhia não tem como objetivo central a maximização constante de lucro operacional e, adicionalmente, a sua geração de receitas e, consequentemente, de caixa é associada às políticas públicas por ela gerenciadas e principalmente relacionadas principalmente a receitas de vendas de cartão transporte, locação e permissão de uso de imóveis próprios, taxas de administração do FUC – Fundo de Urbanização de Curitiba e receitas decorrentes do serviço de táxi. Desta forma a metodologia aplicada para os testes de impairment não se baseiam unicamente em valor recuperável pelo cálculo do fluxo de caixa descontado e sim por comparação dos seus ativos, a ativos similares em bases equivalentes de Mercado, na data de preparação das demonstrações contábeis sendo que, com exceção de Edifícios e Terrenos, o imobilizado da Companhia está praticamente todo depreciado.

3.4 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações, sendo classificadas como passivos circulantes, se o pagamento for devido no período de até 12 meses. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

10  V. 

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo, representado pelo valor da fatura ou nota fiscal e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

3.5 PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação e são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido, conforme Nota Explicativa nº 16.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes são registrados somente quando decisões judiciais favoráveis à Companhia foram transitadas em julgado e cujo montante possa ser mensurado com segurança.

Passivos Contingentes

A constituição da provisão para contingências está amparada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia para as causas cíveis, trabalhistas, tributárias e administrativas, conforme expectativa de perda, no total de R\$ 34.978.232,25 em 31 de dezembro de 2019, conforme Nota Explicativa nº 16.

Tais passivos contingentes atrelados a ações judiciais de natureza trabalhista, cível, tributária e administrativa são reconhecidos observando os seguintes critérios: i) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda remota, não são provisionados e nem divulgados; ii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda possível, não é constituída provisão, porém, são divulgadas nas notas explicativas; e iii) passivo contingente com avaliação de probabilidade de perda provável, é constituída provisão em montante considerado pela Administração e seus assessores jurídicos suficiente para cobrir os desembolsos de caixa futuros.

Adicionalmente a Companhia possui depósitos judiciais conforme informado na Nota Explicativa nº 7, que não possui provisão constituída, visto a classificação como possível ganho das ações, por parte dos assessores jurídicos.

3.6 IMPOSTO DE RENDA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (CSLL)

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são apurados em base corrente e diferida. Estes tributos são calculados com base nas leis tributárias, vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras no Brasil, onde a Companhia atua, e reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se referem a itens registrados no patrimônio líquido.

João Batista V.

Imposto de renda e contribuição social corrente

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado corrente, a Companhia adotou e aplicou as disposições contidas na Lei nº 12.973/14, a partir do exercício de 2015. A referida lei revogou o Regime Tributário de Transição (RTT).

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro real tributável aplicando-se alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado.

Imposto de renda e contribuição social diferido

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não reconheceu o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos ou diferenças temporárias sobre o resultado, uma vez que não estima projeção de lucros tributáveis futuros que sejam suficientes para consumir o montante total desses tributos diferidos.

3.7 REMUNERAÇÃO E ENCARGOS SOCIAIS

Os salários mensais, provisões para férias, provisão de 13º salário e os demais pagamentos e benefícios complementares, quando aplicável, negociados em acordos coletivos de trabalho, adicionados dos encargos sociais devidos, são apropriados pelo regime de competência.

3.8 RECEITA DE CONTRATOS COM CLIENTES

A receita operacional da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades, reconhecida na demonstração de resultados pela efetiva prestação dos serviços, locação de imóveis próprios, além de outros serviços adjacentes.

A Companhia reconhece as receitas de contratos com clientes, a partir dos quais a efetiva prestação de serviços é transferida aos clientes, representados pela capacidade de determinar o uso/consumo destes serviços e obter substancialmente todos os benefícios remanescentes dos mesmos.

A Companhia segue a estrutura conceitual da norma, baseada no modelo de cinco etapas: i) identificação de contratos com clientes; ii) identificação de obrigações de desempenho no contratos; iii) determinar preço da transação; iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos e é reconhecida quando seu montante pode ser mensurado com segurança, e é provável que benefícios econômicos fluam para a Companhia.

3.9 APURAÇÃO DO RESULTADO, ATIVOS E PASSIVOS CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios. O ativo circulante e à longo prazo, quando aplicável, são deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. O passivo circulante e à longo prazo, quando aplicável, incluem os encargos incorridos.

3.10 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações e seus reflexos em ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e em outros fatores considerados relevantes, revisadas periodicamente pela Administração e cujos resultados reais podem divergir dos valores estimados.

As informações sobre julgamentos e premissas utilizadas na aplicação das políticas e práticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e que possuem risco significativo de resultar em um ajuste material estão apresentados a seguir:

Mensuração do valor justo

A Companhia seleciona métodos e utiliza julgamentos nas premissas que aplica na determinação do valor justo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis no Mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação. Alterações significativas nas premissas utilizadas podem afetar a posição patrimonial da Companhia.

Vida útil e valor recuperável de ativos imobilizados e intangíveis

A vida útil dos ativos imobilizados relevantes foi definida com base nas especificações dos fabricantes e na experiência e laudos de engenharia internos quando referente às obras em andamento. Os ativos intangíveis de vida útil definida são embasados em laudos de avaliadores ou apontamento internos e dos fabricantes.

Passivos contingentes

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias e administrativas decorrentes do curso normal de suas atividades, cujas estimativas para determinar os montantes das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Administração, com base em pareceres de seus assessores jurídicos, sobre os quais são exercidos julgamentos por parte destes assessores para avaliação.

3.11 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES EM VIGOR

Foram emitidas e aprovadas as novas normas contábeis pelo CPC, as quais já estão vigentes e a Companhia ainda não as adotou plenamente na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, tendo em vista a necessidade de análises mais detalhadas, acerca dos efeitos da adoção dessas novas normas contábeis.

Norma	Descrição/Exigências	Impactos/Transição
CPC 06 Arrendamentos (IFRS 16)	<p>Estabelece que arrendamentos financeiros e operacionais passam a ter o mesmo tratamento contábil, ficando de fora do escopo dessa nova norma apenas contratos de até 12 meses ou de pequenos montantes.</p> <p>Determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer em seu passivo os pagamentos futuros e em seu ativo o direito de uso/imobilizado do bem arrendado. De forma a reconhecer em resultado apenas despesas com depreciação ou amortização e não mais despesas de arrendamento.</p> <p>A nova norma é efetiva para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019.</p>	<p>A Companhia ainda não concluiu sua avaliação sobre a adoção do CPC 06 (R2) (IFRS 16) e o efeito sobre suas demonstrações financeiras.</p> <p>Preliminarmente, como Arrendatária, não foi verificada a existência de contratos de locação/leasing e/ou arrendamento que estivessem subordinados plenamente aos requisitos da nova norma e ao enquadramento como arrendamento mercantil.</p> <p>Por outro lado, como Arrendador, a Companhia possui contratos de permissão de uso/locação de espaços comerciais que, em uma análise preliminar estão atendendo plenamente aos requisitos da norma. Não obstante, a Companhia pretende concluir de forma definitiva a análise pertinente à adoção do CPC 06 (R2) durante o exercício de 2020.</p>

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2019	2018
Caixas	31.477,56	55.838,10
Bancos	12.704,78	12.708,43
Aplicações Financeiras	9.915.879,36	5.513.061,14
TOTAL	9.960.061,70	5.581.607,67

As aplicações financeiras aproximam-se do valor justo e possuem características de curto prazo, de alta liquidez e com baixo risco de mudança de valor. São constituídas por fundos de renda fixa e estão atreladas as modalidades CDB/CDI e poupança, mantidas em instituições financeiras de primeira linha.

5. CONTAS A RECEBER

	2019	2018
Valores a receber planos comunitários	6.998.501,38	7.006.690,69
Contas a receber de permissionários	20.953.393,52	19.804.3008,33
TOTAL	27.951.894,90	26.810.999,01
<u>Provisão para crédito de liquidação duvidosa</u>		
Permissionários	(17.848.530,50)	(15.305.667,09)
Planos comunitários	(6.998.501,38)	(4.350.000,00)
TOTAL PCLD	(24.847.435,84)	(19.655.667,09)
CONTAS A RECEBER LÍQUIDO	3.104.459,06	7.155.331,92

A partir do exercício de 2018, a Companhia passou a efetuar registro da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, referente aos saldos relativos às contas a receber, relacionado aos Planos Comunitários a receber dos moradores/usuários decorrentes de melhorias nas vias públicas, cujos saldos estão pendentes à longa data.

Em 31 de dezembro de 2019, a composição das contas a receber por idade de vencimento, está demonstrada da seguinte maneira:

Permissionários

<u>Descrição</u>	<u>Valor</u>
A vencer	666.941,71
Vencido até 30 dias	132.065,58
Vencido de 31 a 60 dias	356.473,98
Vencido de 61 a 90 dias	241.529,17
Vencido de 91 a 120 dias	229.066,68
Vencido de 121 a 150 dias	214.349,04
Vencido de 151 a 180 dias	212.103,38
Vencido acima de 180 dias	18.900.863,98
Total	20.936.407,52

Planos Comunitários

A totalidade do saldo de R\$ 6.998.501,38 (R\$ 7.006.690,69 em 2018) se refere a valores a receber que se encontram vencidos à longa data e, dessa forma, a Companhia a partir do exercício de 2018 passou a constituir provisão para perdas em decorrência da ausência de expectativa de realização desses créditos. A composição do contas a receber por idade de vencimento, relacionados aos planos comunitários, está demonstrada da seguinte maneira:





Descrição	Valor
Vencidos em 1990 a 1995	24.932,54
Vencidos em 1996 a 2000	2.485.210,77
Vencidos em 2001 a 2005	4.110.030,54
Vencidos em 2006 a 2010	363.989,99
Vencidos em 2011 a 2013	14.337,44
Total	6.998.501,38

Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Considerando as características dos valores a receber relacionados aos permissionários e planos comunitários, para a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foram adotados os critérios de dedutibilidade, previstos na Lei Nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a legislação tributária federal (IRPJ e CSLL) e as contribuições para a seguridade social.

6. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	2019	2018
Prefeitura Municipal de Curitiba	1.311.012,79	2.091.411,93
Valores a ressarcir – SETRAN	2.813.633,33	0,00
Valores a ressarcir – IPUC	89.521,15	0,00
Taxa de administração FUC	96.471,01	30.049,00
Contas a receber diversas	371.604,82	141.430,56
TOTAL	4.682.243,10	2.262.891,49

7. DEPÓSITOS JUDICIAIS

O saldo da rubrica Depósitos Judiciais, no montante de R\$ 11.653.137,99 (R\$ 14.546.748,47 em 2018) está composto, substancialmente, por valores depositados para fazer frente às contingências em que a Companhia é parte.

8. INVESTIMENTOS

Rubrica registra, substancialmente, os valores relativos aos terrenos e imóveis que são de propriedade da URBS, os quais estão contabilizados a valor de custo, conforme permitido pelo item 56 do pronunciamento técnico CPC 28 - Propriedade para Investimento. Além disso, a Companhia não está divulgando e tampouco preparou qualquer tipo de análise ou laudo de avaliação a valor justo destas propriedades, conforme requerido pelo item 79 do CPC 28 – Propriedade para Investimento. A Administração da Companhia acredita que até a conclusão das demonstrações financeiras para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2020, a referida análise será concluída.

Com relação as participações em outras empresas e em fundos de investimentos, tendo em vista que essas contas estavam a 20 (vinte) anos ou mais, sem receber lançamentos, bem como seus saldos permanecerem inalterados durante esse tempo, corroborado pelo fato das Entidades vinculadas a tais participações atualmente não estarem mais em atividade, foram baixados como perdas, no resultado do período.

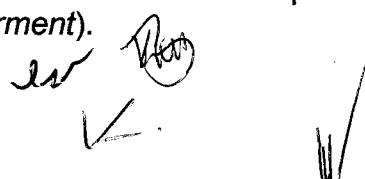
	2019	2018
Participações societárias	0,00	4.393,05
Participações em fundos de investimento	0,00	600,99
Imóveis não destinados à venda	19.395.252,49	19.395.252,49
Outros investimentos	42.200,00	42.200,00
TOTAL	19.437.452,49	19.442.446,53

9. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Os ativos imobilizados da Companhia estão compostos conforme tabela abaixo, a qual demonstra, nas últimas colunas, os valores das imobilizações líquidas, por classe de bens, existentes na data do encerramento do Balanço Patrimonial, no exercício social de 2019 e o imediatamente anterior:

	Taxa anual de depreciação	Custo corrigido	Depreciação acumulada	2.019	2.018
				Líquido	Líquido
Direito de uso linhas telefônicas	0%	19.155,70	0,00	19.155,70	19.155,70
Edificações	4%	7.955.533,78	(4.675.933,61)	3.279.600,17	3.510.057,22
Instalações	10%	97.895,62	(97.895,62)	0,00	0,00
Máquinas e equipamentos	10%	1.642.706,82	(1.480.011,55)	162.695,27	172.807,80
Móveis e Utensílios	10%	1.473.929,34	(1.324.407,72)	149.521,62	162.533,72
Equipamentos de computação	20%	1.911.777,61	(1.896.797,50)	14.980,11	16.471,51
Ferramentas	10%	122.493,93	(120.738,14)	1.755,79	2.762,11
Terrenos	0%	3.709.883,12	0,00	3.709.883,12	3.709.883,12
Terrenos (reavaliação)	0%	25.698.880,03	0,00	25.698.880,03	25.698.880,03
Veículos	20%	249.541,00	(249.541,00)	0,00	0,00
Intangível	20%	121.666,85	(117.801,10)	3.865,75	163,85
Outras Imobilizações	10 e 20%	0,00	0,00	0,00	21.644,00
TOTAIS		43.003.463,80	(9.963.126,24)	33.040.337,56	33.314.359,06

A Companhia não preparou a análise periódica quanto à vida útil e a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado (análise de "impairment"), conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 27 – "Ativo Imobilizado". Não obstante, considerando que parte substancial do ativo imobilizado da Companhia é composto de Edificações e Terrenos (98,93%), no total de R\$ 33.040.337,56, a Administração entende que a referida análise não implicará em ajustes decorrentes de possíveis perdas relacionadas à recuperabilidade (*impairment*). 



Ademais, o modelo de negócio praticado pela Companhia não prevê a maximização de lucro, haja vista que sua geração de receitas e consequentemente, de caixa, sofrem interferência de políticas público-sociais relacionadas ao transporte público municipal e gestão de ativos próprios.

10. FORNECEDORES

A rubrica registra as obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, cujo saldo está composto, substancialmente da seguinte maneira:

	2019	2018
Fornecedores diversos	15.109.456,46	16.763.854,82
Instituto Curitiba de Informática	260,98	440,77
Remessas recebidas em consignação	52.145,94	0,00
Honorários advocatícios (sucumbência)	9.089,93	17.367,77
SSP – Rodoviária	252.393,14	568.536,58
Serviços de terceiros	9.095,45	2.960,63
TOTAL	15.161.868,90	16.749.888,45

O saldo de fornecedores diversos, em 31 de dezembro de 2019, está composto conforme quadro abaixo, sendo que o principal saldo se refere à Companhia Paranaense de Energia – COPEL.

	2019
Copel Distribuição S.A.	12.862.045,15
Sodexo Pass do Brasil Serviços e Comércio S.A.	1.171.157,12
Intersept Segurança Ltda.	588.492,86
Companhia de Saneamento do Paraná – Sanepar	133.935,20
Jall Cards	56.250,00
Empresa Auxiliar de Serviços Gerais do Paraná Ltda.	37.952,39
Neo Consultoria e Administração de Benefícios	30.909,69
Cotrans Locação de Veículos Ltda.	29.602,79
Atmosfera Gestão e Higienização de Uniformes Ltda.	16.636,00
Vision Controls Associados Ltda.	13.664,81
First Evolution Viagens e Turismo Eireli	13.290,66
Light Distribuidora	12.643,50
Oi Fixo	11.990,95
Companhia Paranaense de Gás – Compagas	11.858,35
Thyssenkrupp Elevadores S.A.	11.445,70
Oracle do Brasil Sistemas Ltda.	11.127,86
Outros com saldo inferior a R\$ 10.000,00	96.453,43
TOTAL	15.109.456,46

O saldo de R\$ 12.862.045,15, se refere a parcelamento de faturas vencidas até dezembro/2017, no montante de R\$ 16.806.843,30, que foi parcelado em 100 parcelas, das quais 25, no montante de R\$ 4.201.710,75, já foram liquidadas.

11. CONTAS A PAGAR

Correspondem aos compromissos firmados com credores diversos que em 31 de dezembro de 2019, estão compostos da seguinte maneira:

	2019	2018
Acordo judicial	4.498.168,53	4.393,05
Fundação Alpha	732.271,97	2.303.661,05
Medipar/Unimed	1.380.491,70	724.188,48
Shopping Popular/Rua 24 Horas	568.536,58	1.067.701,42
SSP – Rodoferroviária	252.393,14	568.536,58
Diversos	10.169,80	252.393,14
TOTAL	7.442.031,32	4.917.572,02

12. OBRIGAÇÕES SOCIAIS A PAGAR

Registra as obrigações com impostos e contribuições incidentes sobre a folha de pagamentos da Companhia, tais como: INSS e FGTS. Em 2017, visando o saneamento de suas dívidas, a URBS promoveu a adesão ao PERT – Programa Especial de Recuperação Tributária, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 13.

	2019	2018
INSS	2.253.042,17	12.722.426,03
FGTS	390.594,58	354.582,86
TOTAL CURTO PRAZO	2.643.636,75	13.077.008,89
INSS	0,00	9.009.488,88
TOTAL LONGO PRAZO	0,00	9.009.488,88
TOTAL OBRIGAÇÕES SOCIAIS	2.643.636,75	22.086.497,77

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

Registra as obrigações com impostos e contribuições tais como: IRRF, ISS, PASEP, COFINS, etc. Em 2017, visando o saneamento de suas dívidas, a URBS promoveu a adesão ao PERT – Programa Especial de Recuperação Tributária na ordem de R\$ 7.186.470,04, relativos ao período admitido no PERT, que é dos débitos vencidos até 30/04/2017.

Assim, no exercício a Companhia efetuou o pagamento relativo à entrada no PERT, sendo o total relativo ao INSS (cujo período admitido no Programa é dos débitos vencidos até 30/04/2017), bem como a quitação das parcelas vencíveis no decorrer do exercício social.

Em 07/12/2018, a Receita Federal do Brasil –RFB publicou a Instrução Normativa nº 1855, dispondo sobre a prestação de informações para fins de consolidação de débitos no PERT, cuja consolidação resultou em liquidação de parte das dívidas com utilização de Prejuízos Fiscais acumulados, no montante de R\$ 5.512.537,15 (cinco milhões, quinhentos e doze mil, quinhentos e trinta e sete reais e quinze centavos).

Dos valores incluídos no PERT, Parcelamento Ordinário e Dívida Ativa, foram pagos em 2019, o valor de R\$ 2.816.077,20 (parcelas 13 a 24/145) e R\$ 10.176.763,30, contabilizados como longo prazo após a consolidação do Programa pela Receita Federal.

	2019	2018
IRRF	465.219,51	256.076,96
IPTU	389.082,12	402.098,28
IRPJ	1.554.305,48	1.554.305,48
CSLL	580.686,45	580.686,45
CSLL/COFINS/PIS-PASEP	157.530,93	134.816,36
PASEP	36.790,73	24.922,35
COFINS	511.880,31	457.115,33
ISS	35.396,71	13.088,59
ICMS	11.987,15	0,00
TOTAL CURTO PRAZO	3.742.879,39	3.423.109,80
PASEP	255.730,76	255.730,76
COFINS	1.608.260,10	1.608.260,10
TOTAL LONGO PRAZO	1.863.990,86	1.863.990,86
TOTAL OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	5.606.870,25	5.287.100,66

Parcelamentos tributários

	2019	2018
INSS – PARCELAMENTO ORDINÁRIO	5.359.301,00	0,00
PERT/DÍVIDA ATIVA	204.269,71	0,00
TOTAL CURTO PRAZO	5.563.570,71	0,00
INSS - PARCELAMENTO ORDINÁRIO	677.143,11	0,00
COFINS	5.309.388,28	0,00
TOTAL LONGO PRAZO	5.986.531,39	0,00
TOTAL PARCELAMENTOS	11.550.102,10	0,00

14. OBRIGAÇÕES COM PLANOS COMUNITÁRIOS

As obrigações por planos comunitários têm como origem o convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Curitiba, onde a Companhia gerencia as operações de cobrança dos valores a receber dos moradores/usuários decorrentes de melhorias nas vias públicas.

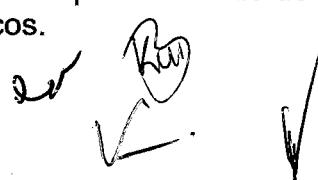
15. OBRIGAÇÕES POR REINCORPORAÇÃO DE IMÓVEIS

Em 13/mayo/82 foi firmado convênio entre o Governo do Estado do Paraná e a Companhia, com interveniência da Prefeitura Municipal de Curitiba, visando transferir ao Estado os imóveis que compunham o Terminal de Cargas na CIC (Cidade Industrial de Curitiba), em contrapartida à quitação de dívidas da Companhia.

Em razão das áreas objeto do convênio terem sido invadidas, assentando-se no local inúmeras famílias, foi procedida a sua reincorporação, através da 48ª AGE, realizada em 21/dez/01, registrando em seu passivo os valores devidos ao Governo do Estado, em razão do convênio supramencionado.

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte em uma série de ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das suas operações, incluindo processos de naturezas cível, tributária, trabalhista, administrativa e referentes às desapropriações. A Administração reconhece provisões nas demonstrações financeiras de forma consistente, quando a probabilidade de perda é considerada provável pelos seus assessores jurídicos.




O prazo e os montantes dos pagamentos podem variar a depender do resultado dos processos judiciais. A Administração da Companhia, consubstanciada nas opiniões de seus assessores legais apresentadas em seus relatórios, decidiu constituir provisão no montante de R\$ 34.978.232,25 (R\$ 35.514.063,71 em 2018) para fazer frente a prováveis perdas com esses processos, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2018
Trabalhistas	16.092.000,00	31.916.000,00
Cíveis, tributários e administrativos	18.839.587,25	3.551.418,71
Desapropriações judiciais	46.645,00	46.645,00
TOTAL	34.978.232,25	35.514.063,71

Processos trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figura no polo passivo em 139 processos de natureza trabalhista, conforme relatório dos seus assessores jurídicos.

Até 31 de dezembro de 2018 não haviam sido realizadas atualizações nos saldos relativos às contingências cíveis e trabalhistas, tendo em vista volume de ações não ser significativo e das mais variadas naturezas o que tornava inexequível concluir acerca dessas ações até o final daquele exercício. A partir do exercício de 2019 foi iniciado o levantamento das ações em que a Companhia é parte, a fim de ter implementado um processo de catalogação, identificação e análise de probabilidade de risco jurídico de cada uma das ações impetradas contra a Companhia.

A partir da conclusão de parte desse levantamento, considerando o parecer do departamento jurídico, a Companhia contabilizou as provisões para contingências trabalhistas, de acordo com o risco de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos, conforme previsto na NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25). Além disso, inúmeras ações tiveram o risco de perda atualizado e o seu risco jurídico reclassificado durante o exercício, o que justifica a variação dos saldos de 2018 para 2019. Nesse sentido, foram contabilizadas somente as ações trabalhistas consideradas como perda provável, sendo que as demais, classificadas como perda possível ou remota, foram revertidas.

Processos cíveis, tributários e administrativos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia figura no polo passivo em aproximadamente 667 processos de natureza cível, tributária e administrativa. De maneira geral, os processos cíveis estão relacionados, principalmente à discussão de créditos a receber, multas, indenizações por dano material e moral, entre outros.

Assim como as contingências trabalhistas, até 31 de dezembro de 2018 a Companhia efetuava a constituição da provisão para contingências cíveis, com base na informação do departamento jurídico Interno e de assessores credenciados, que carecia da conclusão dos trabalhos de levantamento das ações em que é parte, a fim de ser implementado um processo de catalogação, identificação e análise de probabilidade e risco jurídico de cada uma das ações impetradas contra a Companhia.

No entanto, a partir do exercício de 2019, com base na conclusão de parte desse levantamento e considerando o parecer do departamento jurídico, a Companhia contabilizou as provisões para contingências cíveis, tributárias e administrativas, de acordo com o risco de perda dos processos e critérios internamente estabelecidos conforme previsto na NBC TG 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovada pela Resolução nº 1.180/09, do Conselho Federal de Contabilidade (CPC 25).

Além disso, diversas ações tiveram o risco de perda atualizado e seu risco jurídico reclassificado durante o exercício. Nesse sentido, foram contabilizadas somente as ações consideradas como perda provável, sendo que as demais foram revertidas.

Processos judiciais não provisionados

A Companhia possui ações de natureza trabalhista, cível e tributária que, em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, não estão provisionadas, pois envolvem risco com probabilidade de perda classificado pela Administração e por seus assessores jurídicos como possível ou pouco provável, conforme demonstrado abaixo:

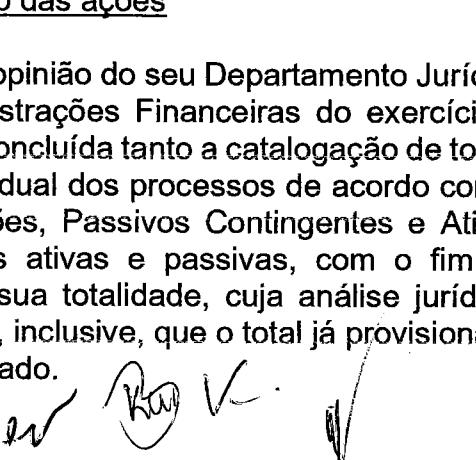
	2019
Trabalhistas	15.680.000,00
Cíveis, tributários e administrativos	46.290.073,09
Ação Civil Pública Ministério Público Estadual	8.676.093.839,40
TOTAL	<u>8.738.063.912,49</u>

Dentre as ações cíveis classificadas como risco de perda possível, que possuem o montante de R\$ 8.722.383.912,49, destaca-se a ação movida pelo Ministério Público do Estado do Paraná, a partir da deflagração da "OPERAÇÃO RIQUIXÁ, em 2017, conduzida pelo GAECO (Grupo de Atuação Especial ao Combate ao Crime Organizado) e GEPATRIA (Grupo Especializado na Proteção ao Patrimônio Público e Combate à Improbidade Administrativa) do Núcleo Regional de Guarapuava, na qual investiga-se suposta fraude na licitação do transporte coletivo urbano de passageiros da cidade de Curitiba, Edital nº 005/2009 – Concorrência Pública. O Ministério Público do Estado do Paraná requer, entre outros pedidos, que seja declarada a nulidade integral do procedimento licitatório deflagrado pelo edital de concorrência nº 005/2009-URBS, bem como dos contratos nº 084/2010, nº 085/2010 e nº 086/2010, em decorrência da suposta fraude à licitação e restrição da competitividade no processo referente à concessão para operação do serviço público de transporte coletivo urbano de passageiros no Município de Curitiba.

Cabe ressaltar, que o valor atribuído à causa no montante de R\$ 8.657.236.823,29, não possui caráter indenizatório ou obrigação financeira em caso de condenação da Companhia, mas se refere ao potencial prejuízo decorrente do efeito do resultado da ação na URBS, em função da necessidade de manutenção dos serviços de transporte e demais intercorrências, como o cancelamento dos contratos, a necessidade de realização de nova licitação, o encampamento de equipamentos e de pessoal, etc. Objetivamente, o valor atribuído à causa se refere ao valor estimado dos contratos como um todo. Sendo assim, não há necessidade de provisionamento da referida causa uma vez que consubstanciada no parecer de seus assessores jurídicos, a Administração da Companhia entende que dificilmente a URBS terá de desembolsar o montante atribuído à causa, ainda que seja totalmente procedente a demanda, mas as consequências do julgamento favorável desse processo poderá ocasionar prejuízo em montante que não é possível estimar, mas que serão muito significativos, pois a Companhia poderá incorrer em custos que envolvem a própria prestação do serviço público de transporte coletivo.

Conclusão dos levantamentos e catalogação das ações

A atual Administração acredita, apoiada na opinião do seu Departamento Jurídico e de demais assessores, que nas Demonstrações Financeiras do exercício a findar em 31 de dezembro de 2020, estará concluída tanto a catalogação de todos os processos, bem como, a avaliação individual dos processos de acordo com o pronunciamento contábil CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que trata das contingências ativas e passivas, com o fim de possibilitar o reconhecimento contábil em sua totalidade, cuja análise jurídica, considere perda provável da ação, podendo, inclusive, que o total já provisionado no montante de R\$ 34.978.232,25 seja alterado.



17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

- a) Capital Social: O capital social, subscrito e integralizado, no valor de R\$ 84.144.961,00 (oitenta e quatro milhões cento e quarenta e quatro mil, novecentos e sessenta e um reais), está dividido em 84.144.961 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada.
- b) Adiantamento para futuro aumento de capital: Em 31.12.2019, a rubrica mantém registrado o montante de R\$ 2.466.858,00 relativo a aportes de recursos para futuro aumento de capital social, realizado pelo acionista majoritário Prefeitura do Município de Curitiba. Desse montante, R\$ 1.500.00,00 (um milhão e quinhentos mil reais), ingressou durante o exercício de 2019 mediante aporte do acionista majoritário (Prefeitura do Município de Curitiba) e o restante foi contabilizado mediante transferência do saldo da Reserva Para Aumento de Capital, no montante de R\$ 966.858,00 cujo saldo aguarda aprovação do Conselho Fiscal para ser incluído na conta de Capital Social Realizado.
- c) Reservas de reavaliação: Compreende a avaliação patrimonial (*Deemed cost*) dos bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia, principalmente relacionado às edificações e terrenos, contabilizada no balanço de 2016, conforme Nota Explicativa nº 9.
- d) Lucro (prejuízo por ação): O lucro ou prejuízo por ação é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo do exercício atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade de ações que compõem o capital social durante o exercício.

18. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Do montante total registrado em Outras Contas a Receber (Nota Explicativa nº 6), o valor de R\$ 4.310.638,38 (R\$ 2.121.460,93 em 2018) refere-se a transações realizadas com partes relacionadas que em 31 de dezembro de 2019 estão compostas da seguinte maneira:

	2019	2018
Prefeitura Municipal de Curitiba	4.214.167,27	2.091.411,93
Fundo de Urb. de Curitiba - FUC	96.471,01	30.049,00
TOTAL	4.310.638,28	2.121.460,93

19. PLANO DE PENSÃO

Mediante Deliberação da CVM nº 371, de 13/dez/00, que aprovou o Pronunciamento NPC nº 26 do IBRACON sobre a contabilização de benefícios a empregados, novas práticas contábeis de apuração e divulgação dos efeitos decorrentes destes benefícios foram instituídas e obrigatoriamente aplicadas para exercícios iniciados a partir de 01/jan/02.

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Alpha de Previdência e Assistência Social, entidade fechada de previdência privada constituída sob a forma de sociedade civil, com a finalidade de suplementar os respectivos benefícios previdenciários. Entretanto, devido à inexistência de déficits e responsabilidades correlatas da (planos de contribuição e/ou benefícios definidos) Companhia à referida Fundação, nenhum provisionamento foi constituído.

Com relação aos valores repassados pela Companhia, conforme controles e resposta de carta de circularização (AAP/009/2019-URBS, de 10/01/2019), à Fundação Alpha em 2019 foi de R\$ 1.833.786,80 (R\$ 1.750.168,68 em 2018) para formação das reservas dos funcionários optantes no referido plano.

	2019	2018
Reservas Matemáticas	177.648.431,75	162.280.934,83
Superávit Técnico Acumulado	14.421.035,15	6.063.932,95
Superávit (déficit) Técnico ao Ano	8.357.102,20	(576.672,59)

20. COBERTURA SEGUROS (NÃO AUDITADO)

Os valores assegurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros não derivativos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa







40

vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Durante este exercício, a Companhia não realizou operações com derivativos em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em nenhum período.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros não derivativos são classificados como disponibilidades, aplicações financeiras, recebíveis e passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, conforme descrito a seguir. Não existem outros instrumentos financeiros classificados em outras categorias, além da informada abaixo:

- a) Composição dos Saldos: Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 estão identificados a seguir:

	31.12.2019	31.12.2018
	Circulante	Circulante
Disponibilidades e recebíveis		
Caixa e equivalentes de caixa	9.960.061,70	5.581.607,67
Contas a receber de clientes	27.951.894,90	26.810.999,01
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(24.847.435,84)	(19.655.667,09)
Outras contas a receber	4.682.243,10	2.262.891,49
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		
Fornecedores	15.161.868,90	16.749.888,45
Contas a pagar	7.442.031,72	4.917.572,02
Outras contas a pagar	8.337.280,30	8.117.262,15

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação. Quando aplicável, as informações sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. Em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 para os instrumentos financeiros da Companhia para o grupo Disponibilidades e Recebíveis, que abrangem principalmente caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outras contas a receber e para o Grupo de "Custo Amortizado" que abrange principalmente, fornecedores e outras contas a pagar, o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo e conforme item 29 do pronunciamento técnico CPC 40 para estes casos as divulgações de valor justo não são exigidas.

b) Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos.

Caixa e equivalentes de caixa: Os saldos em conta corrente e aplicações financeiras mantidos em bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis.

Contas a Receber e Clientes e outras contas a receber: Os montantes divulgados no balanço patrimonial para contas a receber aproximam-se de seus valores justos, considerando as provisões constituídas e a ausência de atualizações monetárias sobre a parcela vencida das contas a receber.

Fornecedores e outras Contas a Pagar: Os montantes divulgados no balanço patrimonial para fornecedores e outras contas a pagar aproximam-se de seus valores justos, considerando as atualizações monetárias, quando necessárias, constituídas sobre a parcela vencida das contas a pagar

c) Gerenciamento de Risco:

As operações estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos. A Companhia está sujeita a risco de liquidez e de crédito

Risco de Liquidez: é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro no curto prazo. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. Substancialmente, todas as dívidas da Companhia, exceto os parcelamentos tributários e demais obrigações sociais e tributárias, são exigíveis em curto prazo.

Risco de Crédito: deriva da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras sólidas. Além disso, anualmente é realizada uma revisão das premissas contábeis para a constituição de provisão para perdas em créditos duvidosos.

W *RH* *V* */*

W *JL*

22. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Abaixo, está demonstrada a receita operacional bruta dos anos de 2019 e 2018:

	2019	2018
Receitas de locação	48.245.829,61	43.661.633,16
Receitas de administração	35.199.641,50	33.422.184,84
Receitas de serviços de táxi	4.848.665,91	6.047.629,27
Receitas de prestação de serviços	4.580.442,30	0,00
Receita com vendas	381.033,09	0,00
TOTAL RECEITA OPERACIONAL BRUTA	93.255.612,41	83.131.447,27
(-) Impostos e contribuições s/ receitas	(8.618.897,95)	(7.370.647,09)
(-) Descontos incondicionais	(2.682,70)	0,00
TOTAL DAS DEDUÇÕES DA RECEITA	(8.621.580,65)	(7.370.647,09)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	84.634.031,76	75.760.800,18

23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

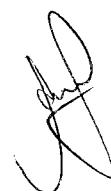
Abaixo, está demonstrada a evolução dos custos e despesas operacionais nos anos de 2019 e 2018:

	2019	2018
Pessoal	103.406.971,82	121.282.033,88
Materiais	612.596,00	561.181,26
Ressarcimentos	(44.284.696,07)	(45.984.468,81)
Serviços	25.011.277,92	16.177.881,38
Depreciação/Amortização	349.218,92	310.043,51

24. CONTINUIDADE OPERACIONAL

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade operacional dos negócios da Companhia. Entretanto, a apresentação de contínuos prejuízos operacionais, deficiência de capital de giro e elevações do endividamento são indicadores que dificultam a Administração na manutenção e ampliação de suas atividades. A continuidade operacional e o equacionamento do passivo financeiro da Companhia dependerão de buscar fontes alternativas de recursos, da reestruturação dos negócios da Companhia, alienação de ativos e aporte de recursos financeiros dos acionistas.





25. EVENTO SUBSEQUENTE – COVID 19

Em dezembro de 2019, um novo agente de coronavírus ("COVID-19") foi relatada em Wuhan, China. A Organização Mundial da Saúde declarou COVID-19 como uma "Emergência em Saúde Pública de Interesse Internacional".

A Companhia está monitorando de perto o impacto potencial do COVID-19 EM seus resultados de 2020, e sua principal prioridade continua sendo a saúde e a segurança de seus colaboradores e clientes. Além disso, a Companhia esclarece que, no momento, há grande incerteza sobre os efeitos do COVID-19 na economia local e global, inclusive em relação ao tempo necessário para conter o avanço da contaminação que tem alcançado escalas relevantes em vários países e ainda terá o pico de contaminação no Brasil ocorrendo nas próximas semanas ou meses.

Por isso, ainda não é possível passar uma expressão exata dos eventuais impactos para a continuidade dos negócios da Companhia, que já está comprometida, e/ou para estimativas contábeis. A Companhia atua diretamente na operação de transporte público do Município de Curitiba, cujos serviços estão sendo diretamente afetados pela pandemia, principalmente em decorrência da redução do número de usuários do transporte e o fechamento de equipamentos administrados pela Companhia, em virtude da adoção de medidas de isolamento social (*lockdown*) que culmina, consequentemente, com a redução da atividade econômica no Município. Ademais, a Administração da Companhia não exclui a possibilidade de que em um cenário de avanço da contaminação, especialmente no Brasil, poderão ser verificados efeitos adversos nas suas operações e seguirá atenta e diligente a toda e qualquer informação ou evento relacionado ao COVID-19, de forma a deixar seus acionistas e/ou mercado em geral informados acerca de mudanças de avaliação ou outros fatores que tragam efeitos relevantes para os negócios.

25/03/2020

OGENY PEDRO MAIA NETO
Presidente

Denise M. Vilela

DENISE MARIA VILELA
Diretor Administrativo Financeiro

Valêncio dos Anjos Narlok
Contador - CRC-PR nº 59.666/O-0

Alexandre Cesar Cavichia
Controle Interno

URBS – Urbanização de Curitiba S.A.

Relatório da Diretoria 2019

APRESENTAÇÃO

A URBS, controlada pelo Município de Curitiba, o qual possui 99,92% de suas ações, é a empresa responsável pelas ações estratégicas de planejamento, operação e fiscalização dos serviços de transporte coletivo, táxis, transporte escolar, fretamento e motofrete, além do gerenciamento e administração de equipamentos urbanos instalados em espaços públicos (bancas de revistas, quiosques, Centro Comercial Rui Barbosa, Mercado Municipal Capão Raso, Lojas #CuritibaSuaLinda, etc.).

AVANÇOS E DESTAQUES – TRANSPORTE COLETIVO

A integração metropolitana foi ampliada com a implantação da linha alimentadora 672 – Tupy/Juliana em 29/07/2019, ligando o Jardim Tupy e a Vila Juliana ao Terminal Pinheirinho. A partir de 30/07/2019, a nova linha C36 – Pinhais/Centenário passou a integrar os usuários de Pinhais ao Terminal Centenário, antes tinham que parar no Terminal Capão da Imbuia e trocar de ônibus. Desde 05 de agosto, quem utiliza o Terminal Boqueirão ganhou três novas linhas de ônibus: E07/São José dos Pinhais-Boqueirão, E11/Terminal Afonso Pena-Terminal do Boqueirão e E21/Centro de São José dos Pinhais-Terminal Boqueirão, com a reintegração do transporte entre Curitiba e São José dos Pinhais.

Aquisição, em 2019, de 252 veículos novos, equipados com câmeras de segurança e motor EURO5, o menos poluente do mercado. No acumulado, desde dezembro/2007 já somam 317 veículos.

Teste no Terminal Pinheirinho, visando mensurar o custo de instalação de wi-fi em Terminais de Transporte, houve o cadastro de 21.685 usuários e 169.435 acessos.

Foram ampliados os pontos de venda de créditos para o cartão transporte, a URBS lançou credenciamento, onde o usuário pode comprar seus créditos por meio de aplicativos digitais (RecargaPay, Qiwi, Mercado Pago), a partir do celular e com cartão de crédito. Ampliou ainda, para os Terminais Santa Cândida e Pinheirinho.

Manutenção, por equipes próprias da URBS, em torno de 200 câmeras e 170 PMV's avariados de Terminais e Estações Tubo.

A Lei Municipal nº 15.508/19 e o Decreto nº 1.372/19 possibilitaram a partir do dia 16 de outubro, com a utilização do cartão usuário, a implantação de tarifa reduzida fora dos horários de pico (das 09h às 11h e das 14h às 16h), em dias úteis, em diversas linhas.

Através do Decreto nº 1.298/19 foi possibilitado, entre os dias 15 de outubro e 20 de dezembro, aos moradores de Curitiba embarcar na Linha Turismo, utilizando o cartão transporte na modalidade usuário, pagando o valor de R\$ 4,50 por embarque. Esse valor valeu para terças, quartas e quintas-feiras. A Linha Turismo transportou 555.345 passageiros ao longo do ano.

Implantação de duas novas Estações-Tubo: a E. T. Rebouças- Templo Maior, situada na Av. Pres. Getúlio Vargas, entre as Ruas João Negrão e Conselheiro Laurindo, passou a operar em agosto. Já a E. T. Vale do Pinhão, situada na Av. Iguaçu, entre as Ruas João Negrão e Rockefeller, com previsão de entrar em operação em março/2020.

Concluídas em setembro, a substituição das lâmpadas das Estações Tubo por lâmpadas de LED, 30% mais econômicas. Foram ainda realizadas a troca dos pisos de 13 Estações-Tubo.

Em 19 de julho houve a assinatura do Convênio que formalizou o repasse de R\$ 90 milhões para a Rede Integrada de Transporte – RIT, sendo R\$ 50 milhões aportados pelo Município e R\$ 40 milhões pelo Estado.

Em 18 de outubro começou a operar a linha alimentadora 773/Vizinhança-Santa Rita, ligando Santa Rita, Carbomafra, Vitória Régia e Vila Verde ao Terminal CIC, beneficiando em torno de 20.000 pessoas.

A integração entre a Guarda Municipal, Polícia Militar e URBS melhoraram a segurança no transporte coletivo, coibindo ações de vandalismo, invasões, assaltos e violência dentro dos ônibus, estações e terminais através de rondas periódicas e abordagens.

Conforme atribuído no Decreto Municipal nº 530/2019+, em 29 de outubro, a URBS realizou o Leilão nº 001/2019, onde foram alienados 30 ônibus biarticulados com mais de dez anos inservíveis à administração, onde os lotes foram arrematados por valores acima do mínimo estipulado.

O Sistema de Transporte Coletivo de Curitiba conta atualmente com 254 linhas urbanas operadas por três Consórcios de empresas privadas que disponibilizam uma frota operante de 1.231 ônibus de diferentes padrões e capacidades. As linhas realizam, em média, por dia, 14.048 viagens, percorrendo mais de 278 mil km e transportam, em média, 1.331.610 passageiros por dia útil.

Somente este ano foram emitidos 143.767 novos cartões na modalidade Usuário e 7.615 cartões na modalidade Estudante. Esse último confere ao usuário o benefício do Passe Escolar, que proporciona a aquisição de passagens pela metade do preço. Atualmente, 15.197 estudantes são beneficiários do Passe Escolar. Além disso, o sistema conta também com 192.865 cartões ativos na modalidade Isento, que confere gratuidade no transporte para pessoas idosas acima de 65 anos, pessoas com deficiência, aposentados por invalidez, agentes de fiscalização e operadores do sistema (motoristas, cobradores, etc.). A utilização de

cartão transporte para o pagamento da tarifa representou 63,20% do total de tarifas pagas ao sistema mensalmente.

O sistema de integração temporal disponível em algumas linhas e nas estações da Linha Verde beneficiou 964.233 usuários durante o ano.

O sistema de integração entre Terminais de Transporte e Ruas da Cidadania conta com a utilização do cartão transporte para conexão entre esses equipamentos. Esse procedimento facilitou o acesso aos serviços públicos disponibilizados nas Ruas da Cidadania e vem permitindo maior controle de passageiros que utilizam ambos os serviços. A funcionalidade de integração beneficiou 226.620 usuários.

A equipe de vistoriadores da URBS realiza inspeções periódicas em todos os veículos do Transporte Coletivo de Curitiba de forma a garantir as condições de qualidade e segurança dos serviços prestados. Em 2019, foram realizadas 4.004 inspeções veiculares e 664 testes de opacidade (medição da emissão de fumaça) nos ônibus.

Os PDA's foram substituídos aparelhos celulares, trazendo maior agilidade nas informações operacionais do Transporte Coletivo. Foram emitidos 8.498 autos de infração, as equipes de fiscalização de campo fizeram 111 blitz em garagens de ônibus, acompanharam 531 ações especiais, tais como desvios de itinerários, atendimento em acidentes e eventos de grande porte.

SERVIÇOS DE TÁXI

Os serviços de táxi contam atualmente com uma frota de 2.712 táxis, sendo 2.588 tipo convencional, 107 tipo executivo, 13 tipo compartilhado de uso convencional e especial e 4 tipos especial para taxistas com deficiência. A frota tem idade média de 3,99 anos.

No segmento de Transporte Escolar, o serviço conta atualmente com 856 veículos cadastrados. Quanto ao serviço de transporte remunerado de passageiros de natureza privada, também conhecido como Fretamento, são atualmente 1.569 veículos cadastrados.

Já para a execução de serviços de motofrete, atualmente são 2.139 motocicletas cadastradas e 1.255 condutores regularmente registrados como motofretistas.

A cobrança de todas as taxas recolhidas pela Área de Táxi e Transporte Comercial passou a ser através de compensação bancária (boleto).

Em atendimento ao Decreto nº 1103/19, em 21 de outubro ocorreu o início do cadastramento dos motoristas por aplicativos.

W
JL

Foram realizadas 6.136 inspeções em táxis, 2.024 em veículos do transporte escolar e 218 em veículos utilizados para as atividades de fretamento.

Em novembro, houve o lançamento do aplicativo URBS Táxi Curitiba, que possibilita descontos de até 40% sobre o valor do taxímetro e promete trazer mais competitividade para a categoria frente aos aplicativos de transporte e passageiros particulares.

ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS URBANOS

A URBS responde atualmente pela gestão de 1.044 permissões de uso relacionadas a espaços e equipamentos urbanos, tais quais bancas de revista e quiosques instalados por toda a cidade, boxes da Rua da Cidadania Matriz, espaços comerciais localizados nos terminais da RIT, no Mercado Municipal Capão Raso, no Centro Comercial Rui Barbosa, nas Ruas da Cidadania, em logradouros públicos e na Rodoviária de Curitiba.

A URBS administra dois estacionamentos, na Rodoviária e Centro Comercial Rui Barbosa. Gerencia e opera os sanitários públicos de Curitiba, localizados no Terminal Guadalupe, Praça Osório, Rua da Cidadania da Matriz, Parque Barigui, Arcadas do Pelourinho e Arcadas de São Francisco. Esses equipamentos registraram o atendimento a 567.846 usuários.

Atua ainda na gestão de contratos de concessão, como o do Novo Mobiliário Urbano, da Rua 24 Horas, do Centro de Eventos Expo Renault Barigui, da Mídia Embarcada, dentre outros.

Na Rodoviária, foram registrados 6.262.625 embarques, desembarques e passageiros em trânsito e 267.453 chegadas e partidas de ônibus rodoviários.

Em agosto, ocorreu a troca dos elevadores de acessibilidade e agora os equipamentos contam com capacidade de até 500 kg de carga.

As lojas da rede #CuritibaSuaLinda, que comercializa souvenires artesanais com temas da capital, bem como vestuário, bijuterias, decoração, utilidades domésticas, livros, papelaria e brinquedos já conta com 4 lojas localizadas no Palacete Wolf, Torre Panorâmica Oi, Mercado Municipal e Espaço Cultural Davi Carneiro, com a perspectiva em 2020 de inauguração da quinta loja no Jardim Botânico. Conta ainda com a participação da loja em vários eventos da cidade, por meio do quiosque itinerante.

Concluída a licitação para seleção e contratação de empresa para prestação de serviços de instalação, configuração, manutenção, suporte, implantação e treinamento de software (plataforma tecnológica) para comercialização de Créditos Eletrônicos do EstaR, com início de funcionamento em março/2020.

RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

O Projeto Cidadania Jovem – Informar para Formar tem como público alvo crianças do 5º ano do Ensino Fundamental das Escolas Municipais. Foram contabilizados em 2019, 25 eventos realizados, com 32 Escolas Municipais atendidas e a participação de 1.333 estudantes.

Em 03 de maio e 11 de outubro foi realizada a 17ª e 18ª edição do Ciclo de Palestras – Curitiba, a Experiência em Gestão Urbana, em parceira com o IPPUC, IMAP e SMMA, com o objetivo de reunir estudantes universitários de diferentes cursos e cidades brasileiras visando informar e fomentar o interesse dos alunos em conhecer mais detalhadamente as ações realizadas pela gestão municipal nas áreas de planejamento urbano, transporte coletivo e meio-ambiente. Com isso poderão desenvolver pesquisas ou estudos a fim de buscar soluções aos desafios da gestão urbana. As edições contaram com a participação de 363 estudantes.

Outro importante instrumento que visa fomentar o interesse do meio acadêmico em elaborar estudos sobre a temática da gestão urbana é o endereço de e-mail: relacionamento@urbs.curitiba.pr.gov.br, onde, através deste canal, estudantes e professores podem encaminhar diretamente suas demandas. Foram atendidas o total 110 solicitações de informações de estudantes, bem como de instituições governamentais e privadas.

COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

Os serviços prestados pela URBS responderam pelo registro de 24.584 protocolos na Central 156 e 2. milhões de informações ao cidadão via telefone.

Foram prestados, pela Ouvidoria da empresa, 646 atendimentos envolvendo demandas da população e segmentos específicos. Além disso, foram enviados pela Câmara de Vereadores 20 Projetos de Lei para análise técnica e 38 pedidos de informação, os quais foram respondidos pelas equipes técnica e jurídica da URBS e encaminhados via Ouvidoria.

A Área de Tecnologia da Informação registrou cerca de 25,3 milhões de acessos ao portal eletrônico da URBS.

Em atendimento ao que preconiza a Lei de Acesso à Informação, a URBS recebeu e respondeu 460 solicitações que versavam em sua grande maioria, sobre o gerenciamento do Transporte Coletivo de Curitiba, no intuito de garantir a transparência em seus atos, disponibilizando ao cidadão todas as informações relacionadas ao controle, estrutura e funcionamento dos serviços públicos por ela gerenciados.

✓ ✓ ✓

W

✓

nee
J

DESTAQUES ECONÔMICO-FINANCEIROS

A Receita Operacional cresceu R\$ 11,4 milhões, aumentando 14% em relação a 2018. A receita auferida é oriunda, principalmente, das operações relacionadas ao gerenciamento do transporte coletivo, administração da Rodoviária e da exploração comercial de permissões e equipamentos urbanos.

Os parcelamentos de tributos Federais e com a Copel estão sendo pagos rigorosamente em dia. Ao final do exercício, a empresa apurou lucro contábil na monta de R\$ 100 mil.

No tocante ao PDI - Plano de Demissão Incentivada de setembro/2017, os desembolsos findaram-se em agosto/2019 e do PDI de novembro/2017 findam-se em novembro/2020, o que, representará ao final uma economia mensal em torno de R\$ 1,5 milhão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Direção da URBS agradece a confiança e o apoio do Poder Executivo Municipal, bem como, das equipes das Secretarias e de outros órgãos da administração municipal. Também reconhece as importantes contribuições dos membros da Sociedade e dos Conselhos de Administração e Fiscal. Por fim, consigna o seu reconhecimento aos colaboradores da URBS pelo trabalho comprometido e dedicado à causa pública.

er
PM

JL

Curitiba, 24 de abril de 2020.

OGENY PEDRO MAVA NETO
Presidente

ALDEMAR VENANCIO MARTINS NETO
Diretor de Operações

Denise M. Vilela

DENISE MARIA VILELA
Diretoria Administrativa e Financeira

Valêncio dos Anjos Narlok
VALÊNCIO DOS ANJOS NARLOK
Contador – CRC/PR nº 59.666/O-0